

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil

Social change through the lens of ethnographies combined with statistical methods: the tools of Pierre Bourdieu applied to rural worlds in Algeria and Northeast Brazil

 Afrânio Garcia Jr.¹

•  Marie-France Garcia Parpet²

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st02

Resumo: O artigo inicia com o exame da associação inabitual de etnografias sobre o mundo rural da Cabília com métodos estatísticos, por ocasião das pesquisas pioneiras de Pierre Bourdieu na Argélia, nos anos 1960. Esses trabalhos serviram de fonte de inspiração para as investigações sobre as grandes plantações canavieiras no Nordeste, efetuadas por jovens docentes e estudantes inscritos em Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN). Diante da ameaça de fim desse curso superior por interrupção dos financiamentos internacionais, novo projeto de pesquisas coletivas foi concebido por professores e estudantes para a salvação do PPGAS, em que a referência às obras realizadas na Argélia foram centrais para legitimar o uso de métodos antropológicos no estudo de questões habitualmente analisadas por economistas e cientistas políticos. Esse ponto foi decisivo para obter novos patrocinadores à pós-graduação baseada em pesquisas. Os autores sintetizam as investigações realizadas no quadro do projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”, sua contribuição para melhor entender o mundo rural no Brasil, e revelam como permitiram a intensificação do diálogo com Bourdieu e sua equipe na França e o

¹ Pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor na EHESS sob a direção de Pierre Bourdieu. E-mail: afranio-raul.garcia@ehess.fr.

² Pesquisadora do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e do Centre européen de sociologie et de science politique da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CESSP/EHESS), Paris, França. E-mail: garciaparpet@gmail.com.

desenvolvimento de modos de cooperação científica originais. O desenraizamento maciço das clientelas que viviam no seio das *plantations* açucareiras, expulsas para periferias das cidades desde os anos 1960, aprofundou a hierarquia implantada com a instalação de casas-grandes e de senzalas.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; estatísticas; etnografias; pós-graduação; *plantations* canavieiras; modos de dominação; trabalho; hierarquias sociais.

Abstract: This article begins with an examination of the unusual combination of ethnographies on the rural world of Kabylia and statistical methods during Pierre Bourdieu's pioneering research in Algeria in the 1960s. This work served as inspiration for research on large sugarcane plantations in northeastern Brazil by young teachers and students enrolled in the Graduate Program in Social Anthropology (PGAS) at the Museu Nacional. In response to the threat represented to the program by the interruption of international funding, a new collective research project was developed by professors and students that focused on Bourdieu's work in Algeria to legitimize the use of anthropological methods in examining issues more commonly analyzed by economists and political scientists. This strategy successfully obtained new sponsors for research-based graduate studies. The authors summarize the investigations conducted within the framework of a project entitled "Employment and Socioeconomic Change in the Northeast," their contribution to a better understanding of the rural world in Brazil, discussing how they encouraged an intensified dialogue with Bourdieu and his team in France and the development of original forms of scientific cooperation. The massive uprooting of peasants that lived on sugar plantations and their expulsion to urban peripheries since the 1960s in Brazil has deepened the hierarchy established with plantation houses and slave quarters in colonial times.

Keywords: Pierre Bourdieu; statistics; ethnographies; postgraduate program; sugarcane plantations; modes of domination; labor; social hierarchies.

Introdução

Muito comum é a referência ao contexto bastante particular da guerra de independência da Argélia onde ocorreram as primeiras investigações empíricas de Pierre Bourdieu. Bem menos frequente é atentar para a diversidade, inédita à época, do leque de competências intelectuais associadas nessas buscas de novos dados e modelos explicativos que conferiram um caráter absolutamente original a tais investigações. Essas pesquisas empíricas se iniciaram por volta de 1960 em virtude de solicitação do *Commissariat au Plan* e da *Caisse d'équipement pour le développement de l'Algérie*. A estreita associação entre o trabalho estatístico desenvolvido por pesquisadores do Insee, formados em

estabelecimentos onde o ensino da matemática de alto nível tinha primazia, e as investigações etnográficas e sociológicas coordenadas por Bourdieu permitiu captar e demonstrar a especificidade das relações sociais na Cabília e deu lugar à riqueza das análises sobre os deslocamentos impostos a populações rurais. Sem dúvida o desencadeamento da guerra favoreceu a diminuição das barreiras estruturais entre disciplinas rivais na prática das ciências sociais, mas é fato que a cooperação de especialistas vindos de horizontes disciplinares bem distantes nada tinha de comum.

A reconstituição dos modos de existência da economia camponesa tradicional na Cabília foi indispensável para poder entender a diferença entre a taxa de atividade no trabalho declarada no mundo urbano da Argélia confrontada à baixa declaração de desemprego encontrada nas regiões montanhosas onde imperava a economia tradicional. Claude Seibel, engenheiro formado pela *École Polytechnique*, que, juntamente com Alain Darbel e Jean-Paul Rivet, era o responsável pelo trabalho estatístico do recenseamento na colônia implantada no século XIX,³ explicita claramente a contribuição da pesquisa sociológica: “a transposição dos instrumentos das investigações estatísticas implantadas nas economias desenvolvidas rapidamente acarretou problemas, pois os conceitos subjacentes que nós desejávamos medir (como o trabalho ou o desemprego) não se colocavam da mesma forma na economia tradicional argelina” (SEIBEL, 2021, p. 342-343). A proximidade dos cientistas sociais com investigadores vindos de estudos matemáticos de grande profundidade tem a ver com os enormes desafios suscitados por situações de guerra. Essa composição diversificada da equipe de pesquisadores propiciou uma colaboração fecunda que se prolongou em solo metropolitano nos anos 1960, quando os pesquisadores retornaram ao continente europeu.

Este uso cruzado dos métodos etnográficos e estatísticos ressoou fortemente entre jovens antropólogos do Museu Nacional que decidiram estudar as transformações sociais das grandes plantações canavieiras implantadas pela colonização, e que foram confrontados com a ameaça de interrupção de suas

³ A cooperação entre os pesquisadores se prolongou bem além da experiência argelina. Em junho de 1965 Bourdieu e Darbel organizaram um colóquio em Arras, na França, “sobre as transformações ocorridas na sociedade francesa desde a segunda guerra mundial. A intenção dos organizadores era determinar economistas e sociólogos a empreender uma discussão científica sobre um objeto que uns e outros abordam correntemente sob perspectivas muito diferentes” (DARRAS, 1967, p. 10). Bourdieu e Darbel assinaram conjuntamente o livro *L'amour de l'art* (1969).

pesquisas ocasionada pelo desaparecimento da configuração institucional na qual ganhavam existência. Para obter os financiamentos necessários aos programas de formação, foi preciso demonstrar que as pesquisas etnográficas projetavam luz em zonas de sombra dos trabalhos em ciências sociais que se contentavam com interpretações de dados estatísticos. As primeiras pesquisas de Bourdieu na Argélia constituíram, sem sombra de dúvida, uma preciosa fonte de inspiração de trabalhos de campo sobre um campesinato submetido às transformações provocadas pelo desenvolvimento capitalista. Essas mesmas investigações permitiram igualmente legitimar o uso de etnografia como método complementar de estatísticas, técnica de investigação que detinha à época o primado absoluto e que constituía um emblema da cientificidade. São as apropriações e usos em ciências sociais dos trabalhos de Bourdieu, especialmente dos que focaram universos rurais atingidos por desenvolvimento capitalista, que buscaremos analisar neste artigo.

A transição do trabalho forçado ao trabalho livre

Uma equipe de pesquisadores vinculados a programa de pós-graduação em antropologia social foi formada no Brasil em torno de pesquisas na região Nordeste, onde a colonização portuguesa se materializou por meio de *plantations* voltadas para exportação de produtos tropicais. Baseadas em trabalho escravo de populações transferidas à força da África, essas plantações produziram culturas destinadas aos mercados internacionais, sobretudo europeus, como os derivados da cana-de-açúcar e tabaco. A abolição da escravidão foi proclamada em 1888, porém as condições de existência de indivíduos e famílias vivendo no interior destas *plantations* não foram grandemente modificadas. A generalização da dominação personalizada sob a forma de *morada* (categoria que designa família abrigada em domínio rural),⁴ que compreende uma certa diversidade de relações de dependência entre os antigos *senhores* e as antigas famílias de escravos. Com efeito, se os proprietários não podiam mais comprar nem vender escravos, seus patrimônios sendo amputados do valor monetário do plantel possuído, outros poderes exercidos no passado pelos *senhores de engenho* persistiram, tais como infligir castigos corporais à sua discricção sobre seus subordinados. A abolição não veio acompanhada de atribuição de casas de residência, no campo ou ao redor das cidades, nem mesmo de parcela de terra para “botar

⁴ A conceituação da *morada* como forma de dominação foi realizada por Palmeira, 1976.

roçado” que fornecesse ao menos parte do consumo familiar, elementos que teriam permitido aos contingentes emancipados de possuir um controle mínimo do próprio destino. Sem acesso à escola para seus filhos, toda reconversão em direção de ofícios artesanais, de cargos industriais ou no pequeno comércio estava grandemente dificultada. As famílias de emancipados pela Lei Áurea, de *libertos*, foram obrigadas a solicitar abrigo nos grandes domínios, o que deu margem para recriar muitos dos antigos poderes dos “*senhores*” mediante a estratégia de atribuição de usos precisos do solo assegurando meios de se obter a subsistência familiar (roçado, sítio, água e lenha, liberdade de criar pequenos animais, eventualidade de possuir animais de porte, proteção diante de doenças etc.) contra a obediência e a fidelidade sem limites ao *senhor*.

Houve continuidade plena da hierarquia entre descendentes dos senhores e descendentes de escravos ao longo da primeira metade do século XX; apenas a partir de 1950 essa configuração do espaço social foi realmente abalada. As flutuações desfavoráveis dos preços dos derivados da cana de açúcar, a possibilidade de migrar para o mercado de trabalho industrial do Centro-Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte) a partir de 1940, frequentemente a bordo dos caminhões de “paus de arara”, a implantação das Ligas Camponesas acarretando a aceleração do voto pelo Parlamento de direitos sociais e trabalhistas válidos no meio rural, a institucionalização de serviços escolares e de saúde nas pequenas e médias cidades constituem fatores que provocaram mudanças de monta na estratégia de grandes proprietários ao recrutarem sua clientela de trabalhadores e de protegidos em seus domínios. A partir de meados dos anos 1960 tudo passou a ser feito para obrigar as famílias de *moradores* a deixar as grandes propriedades. Tendo que abandonar as *plantations* sem ter podido acumular fundos necessários para garantir a subsistência familiar em meio urbano, pouco familiarizadas com trocas monetárias, tais famílias de subalternos foram submetidas a um brutal processo de pauperização (SIGAUD, 1979; GARCIA JR., 1989). A chegada em massa às periferias das cidades provocou um distanciamento ainda mais pronunciado de níveis de consumo e modos de vida mantidos pelas camadas mais modestas em meio urbano, como pequenos comerciantes, artesãos, raros operários industriais e pequenos funcionários municipais (LEITE LOPES, 1976). As periferias e locais mais inóspitos das pequenas e médias cidades das regiões tradicionais de presença da agroindústria canavieira passaram a

concentrar abrigos precários e insalubres habitados por estes “refugiados dos campos”, como bem os nomeou Ignacy Sachs. Foram essas transformações sociais que cativaram a atenção dos jovens aprendizes do ofício de pesquisadores em antropologia social, que delas fizeram seus objetos de estudo para dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Nas pesquisas de campo sobre o universo tradicional na Cabília constata-se que a reconstituição dos comportamentos efetivos e dos modos de pensar que os suportam era indispensável para compreender os desafios aos quais foram confrontadas essas populações. Na introdução de *Travail et travailleurs en Algérie*, Bourdieu reivindica a relevância da associação entre prática de etnografia e métodos estatísticos: “se a colaboração entre o sociólogo e o estatístico parece necessária frente a toda eventualidade, ela é seguramente mais indispensável ainda ao se estudar sociedades em plena mutação. Com efeito, o método etnográfico encontra obstáculos de monta diante de uma realidade complexa e móvel que suscita todas as aparências da incoerência. Por outro lado, apenas o conhecimento dos modelos culturais antigos permite captar o sentido de comportamentos referidos a esses modelos, mesmo quando os traem, os transformam ou os recriam, diante de situações novas” (BOURDIEU *et al.*, 2021, p. 25). Da mesma forma que na Argélia dos anos 1960, as populações “desenraizadas” no Brasil, ao deixar o mundo rural onde viviam, são confrontadas com desafios culturais para os quais não estavam preparadas. A miséria material que as ameaça é redobrada pela ineficácia das referências culturais tradicionais para lidar com as novas configurações sociais, sem disporem de meios efetivos de adotarem estratégias de aprendizado e reconversão necessárias aos novos universos sociais impostos pelo mundo urbano.

O conceito de “camponês” refere-se sobretudo a grupos de agricultores, certamente submetidos a potências políticas, religiosas e culturais externas à sua organização social, e inscritos em mercados que não controlam, todavia dispõem de uma relativa autonomia social em seus povoados e aldeias administrados localmente. Entretanto, essa noção não permite a consideração adequada da morfologia social de uma outra forma de organização de populações rurais situadas no interior de grandes propriedades, em regra geral em países coloniais, voltadas para culturas de exportação em direção a

mercados longínquos⁵ (WEBER, 1986; KULA, 1970). A mão de obra é composta frequentemente de escravos vindos da África subsaariana ou por diversas formas de trabalho forçado. As *plantations* inauguradas nos séculos XVI e XVII merecem uma atenção especial, sobretudo pelo fato de as modalidades de submissão desse tipo de “campesinato” (se quisermos ampliar o conceito de camponês com esse referente particular de populações subordinadas ao dono do domínio em que vivem) contrastarem fortemente com as demais modalidades no tocante à impossibilidade de gerir a vida individual e familiar de forma autônoma. Por conseguinte, as populações rurais são atravessadas por modos de dominação diversos; as *plantations* são paradigmáticas do controle direto e externo da vida dos trabalhadores rurais e constituem o próprio símbolo dos estabelecimentos baseados na condição de escravos modernos. No caso das *plantations*, o desenvolvimento do capitalismo sob a forma de trabalho assalariado supõe transformações específicas. A passagem de estabelecimentos organizados por meio de trabalho forçado ao recrutamento de assalariados participando de mercado de trabalho moderno, no sentido que assumem no século XX, não é fruto de evolução simples e linear. Eric Wolf e Sidney Mintz (1957) chamaram a atenção, a partir de seus trabalhos a respeito da América Central e das Antilhas, sobre a amplitude da mudança implicada pelo abandono do sistema de relações sociais e das ideologias que confortam, que nomearam de “antigas *plantations*” em contraposição a “*plantations* de novo tipo” baseadas sobre o trabalho assalariado. Se ambas produziam bens destinados ao mercado internacional (Europa, Estados Unidos), as primeiras repousavam sobre formas de trabalho forçado (*slavery, encomienda* etc.), enquanto as últimas são estabelecimentos agroindustriais que recrutam sua força de trabalho segundo regras e normas similares às do mercado de trabalho urbano.

Moacir Palmeira, sociólogo que assistiu como doutorando em Paris aos seminários de Bourdieu de 1967 a 1969, na VI Seção da então *École Pratique des Hautes Études*, fez largo uso do conceito de campo intelectual para estudar o debate vigoroso sobre a questão agrária no Brasil, tendo por referente a natureza das relações sociais nas *plantations* a partir dos anos de 1940, e concluir pela organização de um projeto de pesquisa empírica abrindo a

⁵ Esta observação é válida igualmente para os grandes domínios voltados para exportação e assentados em modalidade de servidão na Europa Central, como desmonstram os trabalhos de Max Weber, *Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l'Est de l'Elbe* e *Conclusions et perspectives* (1986), e os de Witold Kula (1970).

possibilidade de ir além das contradições e inconsistências da literatura examinada em sua tese.

A gênese das etnografias sobre a recomposição das plantações canavieiras do Nordeste

Nascido em 1942 de família de *senhores de engenho* do Nordeste, Palmeira tomou como objeto de tese o debate dos historiadores e dos sociólogos brasileiros sobre a caracterização do meio rural como feudal ou capitalista, trabalho defendido em 1971. Foi recrutado por essa época por Roberto Cardoso de Oliveira para ser docente-pesquisador do recém-criado mestrado em antropologia social do Museu Nacional, instituição que inovava associando um vasto programa de pesquisas empíricas à formação dos estudantes. O interesse do jovem pesquisador estava vinculado ao entendimento de como as *feiras* semanais de cidades das regiões canavieiras, que conheceram um forte crescimento nos anos de 1950 na Zona da Mata, contribuíam para erodir o monopólio dos *senhores* como mediadores incontornáveis das trocas em que se inseriam as famílias abrigadas em seus domínios (PALMEIRA, 1971a). Essas praças de mercado favoreciam o estabelecimento de relações horizontais entre os *moradores* das grandes plantações e o pequeno campesinato estabelecido nos interstícios e periferias. Essas transformações abriram os caminhos para diversas modalidades de movimentos sociais no campo, visando melhores condições de vida e trabalho para a mão de obra submetida aos grandes proprietários e contestando o monopólio do poder dos donos de *plantation*. Esse crescimento das *feiras* locais diminuía a força das redes de estabelecimentos comerciais instalados em cada plantação individualizada (ditos *barracões*) que tinham o monopólio de compra e venda de produtos de subsistência nesse âmbito, e que eram garantidos de ser reembolsados pela folha de pagamento hebdomadário do *engenho* ou da *usina*. Era no *barracão* que a administração do *engenho* ou da *usina* procedia ao pagamento dos *moradores* envolvidos nas diferentes atividades agrícolas ou industriais. Essa interação semanal de famílias de *moradores* com os responsáveis pela *plantation* tinha sobretudo um caráter ritual, pois de fato as dívidas contraídas ao longo da semana eram geralmente superiores aos ganhos correspondentes aos trabalhos efetuados. O crédito concedido pelo *barracão* redobrava a dívida moral associada ao fato de estar abrigado no domínio e de dispor de certas vantagens para assegurar a vida do grupo doméstico. Poder frequentar a *feira* da cidade mais próxima constituía uma demonstração do equilíbrio do

orçamento doméstico. A imagem das *feiras* como espaços de encontro vinculados à maior liberdade de comportamentos e fonte de informação independente dos controles da hierarquia era reforçada no confronto entre esses dois tipos de circuitos comerciais.

Não parece ser por acaso que o início das organizações de defesa dos interesses de famílias camponesas teve nas *feiras* um espaço percebido como adequado para discussões com trabalhadores e proselitismo em favor de mobilizações coletivas (JULIÃO, 1962). Nesse particular, o pioneirismo das Ligas Camponesas é incontestado, sendo organizadas desde 1954 com a colaboração do advogado e deputado pelo PSB Francisco Julião para defender uma modalidade de antigo *morador* residente em domínio não explorado diretamente com cana pelos *senhores*, os *foreiros*, quando esses se viam ameaçados de expulsão da terra que ocupavam. Esse movimento foi seguido rapidamente pela organização de sindicatos de trabalhadores rurais de origem católica ou comunista, que estavam mais voltados para os assalariados agrícolas residindo em explorações açucareiras. Tais mobilizações repercutiram fortemente no Parlamento Nacional e provocaram a aceleração do voto de novos direitos sociais e agrários (em particular do *Estatuto do trabalhador rural* de 1963) e sua aplicação mais imediata nas regiões da agroindústria canavieira (FURTADO, 1964; CAMARGO, 1973). A etnografia minuciosa da concorrência entre o *sistema de barracões* e as *feiras* locais permitiu a Palmeira utilizar a sociologia da ação econômica como chave para compreender a erosão dos poderes dos *senhores* e os modos de acumulação de recursos materiais e cognitivos de novos atores políticos vindos das camadas mais desfavorecidas. Sua investigação pioneira logo se estendeu a muitas outras, a começar pelas de Lygia Sigaud, à época estudante de mestrado do Museu Nacional, que concentrou sua atenção na análise das categorias de pensamento dos *moradores* a partir do registro sistemático de entrevistas gravadas e realizadas nas sedes dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Essa primeira monografia de Sigaud (1980, p. 13-114) ressaltou o fato que, para os *moradores*, o tempo social se apresentava partido entre a época de *antes dos direitos* e a época de *depois dos direitos*, quando os *patrões* teriam “se tornado ruins”. Os *senhores* abrigavam de longa data as famílias de trabalhadores da cana nos domínios, concedendo um pequeno espaço onde podiam construir suas casas, podendo usar o terreiro que as circundava para criar pequenos animais (aves, porco, cabra etc.), um lote de terra a cada ciclo agrícola onde

podiam *botar roçado* cultivado com lavouras temporárias (mandioca, milho, feijão, fava etc.), lote este que por vezes permitia plantar árvores frutíferas (*sítio*), concedendo ainda acesso à água de fontes na propriedade e à lenha para cozinha, e asseguravam proteção em momentos críticos do ciclo de vida doméstico (nascimento de crianças, doenças, mortes, acidentes de trabalho etc.). Este tempo era percebido como associado a certa abundância, contrastando com o presente marcado pela *precisão*. A expressão *depois dos direitos* designava o período que sucedeu à instauração do direito do trabalho (fixando salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias anuais, 13º salário no fim do ano; indenização por tempo de serviço ao despedir um antigo empregado etc.) e correspondia ao momento em que os patrões teriam adotado atitudes hostis, aproveitando-se de qualquer pretexto para suprimir as vantagens concedidas a seus “protegidos”, e expulsá-los de suas terras. Os *direitos* implantados no início dos anos 1960 assinalavam uma ruptura entre o mundo da antiga *plantation* e o mundo atual, onde todos os equilíbrios tornaram-se instáveis e a ameaça de ter que ir embora em direção à periferia das cidades simbolizava a degradação das famílias.

Estimuladas pelo apoio e a ajuda material e intelectual de Palmeira e Sigaud, novas investigações se iniciaram tendo por foco agentes sociais situados na parte inferior do espaço social: o campesinato marginal à grande plantação dispondo de poucas terras a cultivar, responsável pela produção de culturas alimentares adquiridas pelos assalariados agrícolas (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983), o campesinato da região Agreste, onde os solos eram de menor fertilidade, que migra sazonalmente para a Zona da Mata em épocas de colheita de cana (RINGUELET, 1977), os operários da parte industrial das usinas, que residem no interior das terras da agroindústria (LEITE LOPES, 1976), cuja atividade anual é submetida a fortes variações sazonais. Foram também estudadas instituições que assinalam mudanças afetando as relações personalizadas, como feiras implantadas no interior das usinas (GARCIA PARPET, 1977, 1993), a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais (estudados por L. M. Gatti) e da Justiça do Trabalho (investigada por V. Echenique). Esta lista prolongou-se durante os anos de 1970 e passou a incluir outras dissertações de mestrado e teses de doutorado, estudando a adesão de camponeses ao pentecostalismo (NOVAES, 1985), as cooperativas camponesas (ASSUMPÇÃO, 1978), a instalação coletiva de famílias camponesas em terras destinadas por dom a patrimônio religioso (RINALDI, 1980), e várias outras.

A diversificação das situações sociais e de estilos de vida demonstrava a complexidade das mudanças em curso e soava como advertência contra todo reducionismo em direção de oposição simplificadora da dualidade *senhores e camponeses*, embora fosse nítido que forte hierarquia social estivesse inscrita no espaço físico das propriedades, entre canaviais a perder de vista e roçados diminutos, na aparência das casas (entre casa-grande e abrigos de pau a pique dos *moradores*), no aspecto físico dos indivíduos (sobretudo a cor da pele e outros atributos físicos), nas vestimentas esfarrapadas e ausência frequente de calçados entre os trabalhadores, nas modalidades de uso da palavra em público. *Nação dos homens*, representação coletiva que se tornou o título da dissertação de mestrado de Sigaud, designa claramente a primazia absoluta dos grandes proprietários na vida quotidiana da região e a força dos patriarcas para impor suas vontades.

Esse conjunto de etnografias individualizadas, entretido com persistência e tenacidade pelas discussões de Palmeira e Sigaud e os aprendizes-pesquisadores, contribuiu muito para recompor e aprofundar as hipóteses das pesquisas iniciais. Cada investigação seguia seu próprio itinerário, mas cada uma delas contribuía para resultados cumulativos e complementares de uma visão de conjunto. Como exprimiu Palmeira em prefácio da monografia de Leite Lopes, os avanços da pesquisa se manifestavam pela “teoria investida nos fatos” (LEITE LOPES, 1976). Vê-se aqui a marca da concepção da relação entre o trabalho teórico e a análise empírica tão cara a Bourdieu. O desenvolvimento do capitalismo no Nordeste também estava vinculado à degradação material das famílias e à perda de suas referências culturais. O estudo da reconstituição do mundo tradicional e seu colapso nos trabalhos de Bourdieu e Sayad (1963, 1964) serviu de paradigma para compreender os avanços do capitalismo na periferia na segunda metade do século XX.

A ameaça de interrupção da pós-graduação do Museu Nacional e do projeto de pesquisa a ela associado, provocada pela perda de certos financiamentos internacionais, ocasionou uma certa comoção entre professores e estudantes. Debates promovidos naquele momento, para examinar meios de escapar da liquidação de programa promissor, acabaram por formular um ambicioso programa de novas investigações que deveriam ser suscetíveis de interessar outras agências de financiamento fora a Fundação Ford, origem dos recursos até aquele momento. Efetivamente a sobrevida do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social esteve

ligada à sua percepção como grande novidade no meio universitário nacional, onde raras eram as possibilidades de formação de pesquisadores de alto nível, com exceção do que ocorria com a sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Essa situação particularmente dramática ajuda a entender os investimentos profundos realizados com o fito de assegurar a existência de pós-graduação em moldes internacionais e dotada de pesquisas envolvendo alunos e professores. O que se acompanhou, como seria de se esperar, de reforço de laços afetivos e profissionais entre todos aqueles que participaram da redação e da negociação com as agências financiadoras de novo e ambicioso projeto de pesquisas (GARCIA JR., 1993, p. 9-18).

De rede internacional de investigações à invenção de pós-graduação na periferia

A implantação da pós-graduação em antropologia social no Brasil significou um marco central da evolução do ofício de antropólogo e da própria disciplina neste país (GARCIA JR., 2009, p. 57-92). Esse fato supôs a colaboração do antropólogo britânico David Maybury-Lewis, no momento de sua integração à Universidade de Harvard, com Roberto Cardoso de Oliveira, um dos pioneiros de etnografias sobre grupos ameríndios da Amazônia, e contou com o apoio de Luiz de Castro Faria, que desde a “expedição Lévi-Strauss” ao Mato Grosso, em meados dos anos de 1930, começara a participar da divisão de antropologia do Museu. A controvérsia científica entre Maybury-Lewis e Lévi-Strauss, a propósito do caráter exogâmico das “metades” que dividiam as organizações sociais das “sociedades primitivas”, esteve na origem do projeto de cooperação científica da instituição norte-americana e o Museu Nacional para permitir o esclarecimento das questões básicas que imprimiam às organizações sociais dos grupos Gê do Brasil Central seu perfil característico.

O fim desse primeiro projeto de colaboração entre Harvard e o Museu Nacional em 1966 coincidiu com a profunda alteração do espaço político brasileiro após o golpe de estado militar de 1964, resultando ainda em repressão contra intelectuais e cientistas. Cardoso de Oliveira viu deixar o país alguns de seus aliados mais preciosos, sobretudo aqueles que haviam ocupado postos de mando no sistema de ensino e com prestígio nas agências de financiamento à pesquisa (CNPq, Capes): Darcy Ribeiro, que o trouxera de São Paulo para o Rio de Janeiro para dirigir pesquisas do Museu do Índio, Florestan Fernandes, que o havia iniciado na USP em antropologia como egresso de estudos de filosofia,

Fernando Henrique Cardoso, seu cunhado e jovem sociólogo desta universidade paulista. Para Cardoso de Oliveira, o reforço da cooperação com Maybury-Lewis e a Universidade de Harvard foi um instrumento para a continuidade de suas iniciativas de inaugurar um curso de pós-graduação no Museu Nacional. Os dois parceiros apelaram à Fundação Ford que os dotou de financiamentos para criar um mestrado em antropologia social, com verba para pesquisa de docentes e alunos, além de uma biblioteca com coleções das principais revistas internacionais especializadas da disciplina e monografias tanto clássicas como na ponta da ciência. Podiam ainda recrutar jovens pesquisadores como Palmeira, para se dedicar em tempo integral à docência e à pesquisa, e eram ofertadas bolsas de estudo a estudantes que consagravam a totalidade de suas jornadas a seus estudos. Tais condições, frequentes nos Estados Unidos e em alguns países europeus, constituíam uma novidade absoluta no Brasil, sobretudo quando confrontadas com as condições de professores e estudantes de gerações precedentes. A Fundação Ford, que iniciava seus financiamentos em ciências sociais no Brasil, impôs igualmente que os temas de investigações não mais se restringissem a parentesco, a rituais e à cosmologia de grupos indígenas. Um novo projeto de pesquisa, intitulado “Projeto de Desenvolvimento Regional Comparado”, que seria dirigido ainda desta vez pela dupla Cardoso-Maybury-Lewis, tinha por objeto as transformações em cursos nas cidades e nos campos do Nordeste e da Amazônia. Dessa forma, a disciplina antropologia social não se veria mais restrita a sociedades indígenas e sua abrangência se inscrevia nas tendências mais recentes à época praticadas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Foi neste contexto que as pesquisas de Palmeira e Sigaud se iniciaram. O derradeiro capítulo da tese de doutorado de Palmeira (1971a) apresenta proposições de pesquisa sobre as grandes plantações açucareiras no Nordeste à luz de problemáticas suscitadas por Wolf e Mintz, opondo antigas e novas *plantations*, para estudar suas transformações nas Américas. Se a produção da colônia brasileira era destinada aos mercados europeus e supunha fluxos constantes de escravos africanos, a simples referência ao conceito de “sistemas de mercado interdependentes” (POLANYI, 1944; POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1957) não permitia compreender a mudança social efetiva. O sistema de mercados de produtos coloniais vinculado a mercados de escravos era bem diferente daquele que supunha uma força de trabalho livre de seus movimentos.

A ameaça de desaparecimento do PPGAS e a busca da salvação por meio da pesquisa inovadora

Da primeira turma de mestrado fazia parte Lygia Sigaud, cujos trabalhos foram mencionados anteriormente, e Otávio Velho, que iniciou suas investigações sobre a frente pioneira na Amazônia, composta em grande parte de migrantes do Nordeste, fluxo que seria incrementado desde 1970 quando a seca no Nordeste desencadeou como resposta política dos governos militares de incentivo à migração para Amazônia (VELHO, 1972, 1976). Os governos militares viram na migração em grande escala para a Amazônia um meio de povoar o território de população rarefeita diante da cobiça explícita de grandes potências internacionais. Visaram ainda canalizar as demandas por reforma agrária em “colonização de áreas livres da Amazônia”, o que se explicitou na modificação do nome do órgão público, que de Ibra passou a se intitular Incra. Novas gerações de estudantes pós-graduados iniciaram pesquisas nas pegadas dos três pioneiros supramencionados, todos formados em licenciatura de sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e convidados por Roberto Cardoso a assumirem cargos de docentes da pós-graduação. O corpo de professores integrou igualmente Luiz de Castro Faria, que começou a frequentar o Museu Nacional em 1935, Roberto da Matta, que estava acabando sua tese de doutorado em Harvard sob a orientação de David Maybury-Lewis, Francisca Vieira Keller, que se doutorara na USP, Neuma Walker, PhD nos Estados Unidos, e professores e pesquisadores vinculados ao Centro Latino-Americano de pesquisas em ciências sociais (Clapcs).

O ambiente de iniciativas inovadoras impulsionadas por debates abertos e informados pela cena internacional contrastava com as restrições impostas pela ditadura militar que procurava por diferentes meios provocar o desaparecimento dos direitos cívicos os mais elementares, fazendo da tortura sistemática o principal instrumento de controle dos adversários. Em 1972, essa existência ambivalente de nova instituição tornou-se ainda mais sombria diante da ameaça de fim dos financiamentos internacionais para atividades de ensino e pesquisa.

Desacordos sobre critérios de progressão profissional da carreira de docente-pesquisador do Museu Nacional, envolvendo Cardoso de Oliveira e a direção da instituição, a propósito do peso dos títulos acadêmicos e publicações efetuadas,

acabaram por acarretar a partida daquele pesquisador. Depois de ano sabático nos Estados Unidos, acolhido pela Universidade de Harvard, Cardoso de Oliveira aceitou o convite de Roque Laraia para em seu retorno ao Brasil organizar nova pós-graduação na Universidade de Brasília. Sua ausência ameaçou o funcionamento regular da instituição do PPGAS nos quadros do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, pois apenas Luiz de Castro Faria e Roberto da Matta eram docentes dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa época a demissão de professores ocorria com certa frequência como punição por suas opiniões políticas, e o fechamento desta pós-graduação significava uma grave diminuição das chances de futuros promissores em antropologia social. Assim, discussões aprofundadas ocorreram entre docentes-pesquisadores e estudantes, desembocando na proposta de concepção de projeto de pesquisa suscetível de abrir as portas de financiamentos internacionais.

De fato esta ameaça à existência coletiva funcionou como estímulo suplementar a reforçar a cooperação entre titulares de projetos conduzidos individualmente até então. Dois dos estudantes de mestrado – Leite Lopes e Garcia Jr. – trabalhavam profissionalmente como economistas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma agência pública destinada a promover projetos de desenvolvimento industrial e serviços de infraestrutura, mas seus dirigentes estavam atentos para desafiar os obstáculos ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Seu presidente – José Pelúcio Ferreira – havia organizado um grupo de pesquisa destinado a explorar as possibilidades de enfrentar a forte concentração dos benefícios do crescimento econômico. Os dois jovens economistas trabalhavam neste novo grupo de pesquisas e estudavam as evoluções das desigualdades da renda nacional e as limitações do mercado de trabalho na incorporação de novos contingentes. Nessa condição foram convidados à reunião em Brasília onde jovens economistas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Claudio Salm e Luiz Carlos Silva, haviam preparado um relatório demonstrando os efeitos catastróficos dos deslocamentos rurais-urbanos com a chegada maciça de migrantes originários de grandes plantações de todo o país voltadas para exportação. A vontade de compreender as evoluções prováveis do mercado de trabalho fazia eco à preocupação de analisar os efeitos das migrações maciças de contingentes de desprovidos de meios materiais e intelectuais capazes de assegurar o sucesso da inserção em meio urbano. Desde as primeiras discussões com os economistas

do Ipea houve menção do interesse dos *experts* do Banco Mundial pelo conhecimento mais a fundo dos modos de crescimento da pobreza, especialmente nas grandes metrópoles. Informados dessas possibilidades, os docentes-pesquisadores e estudantes do PPGAS do MN se mobilizaram para conceber um projeto capaz de obter os financiamentos necessários à sobrevivência da instituição. Foi assim que o projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” foi elaborado, entre setembro de 1972 e janeiro de 1973, sendo então submetido à aprovação do Ipea, organismo inscrito no Ministério do Planejamento, para que se chegasse finalmente à convenção com o Banco Mundial (PALMEIRA, 1976, p. 201-238). A redação deste projeto envolveu a colaboração de 12 pesquisadores, entre docentes e mestrandos, durante vários meses, atividade suplementar às obrigações como profissionais ou estudantes, todos movidos pelo sentimento de salvar uma instituição ameaçada de extinção tão logo começou a dar seus primeiros frutos (CARVALHO, 2016). Para conseguir financiamentos consequentes, a proposta de pesquisas fundada em conhecimentos acumulados pela antropologia social devia provar sua capacidade de ir além das análises habituais nos assuntos que eram tradicionalmente estudados por disciplinas bem estabelecidas e dotadas de prestígio como a economia, a ciência política e a sociologia. Toda monografia isolada, mesmo portadora de grande interesse científico, seria fatalmente considerada como pontual por gestores de agências financiadoras interessados por questões macroeconômicas. Em contraposição a investigações voltadas tão somente para os diversos grupos ameríndios existentes no território nacional, o desafio a enfrentar era o de demonstrar a pertinência e a complementariedade do uso simultâneo de métodos estatísticos e etnográficos para compreender os modos de desenvolvimento econômico e as implicações sociais e culturais dessa evolução. O texto do projeto final, sobretudo sua introdução, explicitava as grandes lacunas dos debates entre economistas que os antropólogos se propunham a preencher. A forte retomada do crescimento econômico do início dos anos 1970, que foi catalogada pelos arautos do regime militar de “milagre econômico”, foi acompanhada pela intensificação das migrações rurais-urbanas e interregionais; ao mesmo tempo houve uma alta significativa dos níveis de desemprego e de todo tipo de atividades associadas à baixa remuneração (subemprego), o que contribuía para acentuar as desigualdades entre as diversas regiões do Brasil e os contrastes entre o topo e a base da pirâmide social. Nos casos estudados no Nordeste, para melhor se compreender

as condições de vida dos assalariados, era imprescindível explorar o contraste entre os desafios presentes em economia completamente monetarizada e os modos de vida e de pensar de famílias inscritas numa “economia do favor”, outrora abrigadas em grandes domínios e “protegidas” pelos senhores de terra. A concorrência entre ferramentas intelectuais diferentes forjadas pelas diversas ciências sociais acarretava o aprofundamento do conhecimento das situações estudadas a partir da análise das categorias de pensamento dos agentes sociais e a objetivação dos desafios representados pela passagem a uma economia completamente monetizada.

O projeto foi transmitido aos financiadores potenciais, ou seja, aos organismos vinculados ao Ministério do Planejamento e aos peritos do Banco Mundial desde o início de 1973, mas os fundos apenas foram atribuídos em meados de 1975. Projeto considerado de grande interesse científico para uma visão mais clara dos processos em curso, programa bem acolhido pelos peritos do Banco Mundial, contentes de encontrar uma análise minuciosa da “pobreza no Brasil” e sua proliferação recente. Contudo, em momento de auge do autoritarismo, suscitou uma desconfiança pronunciada das autoridades responsáveis pelo Ministério do Planejamento, em particular do ministro João Paulo dos Reis Velloso e do economista Nilson de Hollanda, presidente do Ipea. A demora do financiamento efetivo é um índice eloquente dos obstáculos políticos ao debate aberto no espaço público sobre os rumos da economia e da morfologia social, particularmente diante de programa de estudos destinado a aumentar a visibilidade das razões sociais do incremento da “pobreza no Brasil” entre grupos desfavorecidos. A industrialização por substituições de importações, a partir da crise de lavouras de exportação, certamente provocou o crescimento acelerado da economia e a diversificação de atividades produtivas, mas as camadas mais modestas da população, particularmente as egressas do campo, dele não se beneficiaram, e a distribuição da renda e do patrimônio conheceu uma concentração ainda mais pronunciada. O crescimento econômico se associou a novos bolsões de pobreza e incrementou as distâncias sociais. A longa discussão entre os antropólogos do Museu Nacional e as autoridades sobre modalidades de financiamento do projeto acabou por afastar o Banco Mundial da parceria na alocação de fundos, e a Finep assumiu um papel ativo de compor uma federação de entidades do Ministério do Planejamento, que assinalasse o caráter exclusivamente nacional do mecenato. Objetivar a pobreza no interior do crescimento da riqueza infundia receio. Foi

assim que o convênio passou a ser promovido pelas entidades Finep, Ipea, IBGE, tendo a UFRJ como beneficiária. Ressalte-se, como já mencionado, que o projeto foi motivado pelo ímpeto de preservar o PPGAS como instituição de ensino, e boa parte do orçamento destinava-se a cobrir o salário dos professores. Em meados dos anos 1970, a Finep começou a apoiar doutorados e centros de pesquisa de nível internacional de implantação recente no país, substituindo a Fundação Ford em auxílios às pós-graduações e pesquisas de ponta.⁶ Por essa época, José Pelúcio Ferreira aproveitou uma recomposição das autoridades nomeadas para organismos do Ministério da Educação para obter seis contratos para docentes-pesquisadores do Museu Nacional, o que permitiu regularizar a situação de professores que haviam sido recrutados graças às subvenções da Fundação Ford.

Desta forma, o projeto coletivo para manter as atividades de ensino pós-graduado, voltado para prática de pesquisas individualizadas nos moldes de etnografias, permitiu obter os meios de institucionalização definitiva do PPGAS. Note-se que esta modalidade de ação coletiva, esboçando investigações inovadoras para justificar novo programa de pós-graduação, reeditava nos anos 1970 aquela que permitira a Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis continuar a parceria em ensino e pesquisa. Em ambos os casos foi a reputação obtida com atividades científicas no âmbito nacional e internacional, essa forma particular de capital simbólico, que foi reinvestida em investigações inovadoras que asseguraram os meios para a simples existência institucional na esfera local. O prestígio da pesquisa empírica no PPGAS do Museu Nacional parece ter sido reforçado pela mesma forma como se deu sua institucionalização.

A demonstração histórica realizada anteriormente segue um dos princípios fundamentais da epistemologia de Bourdieu. A objetivação da relação dos pesquisadores com seus objetos de pesquisa é uma maneira central de construí-los completamente, para não projetar no objeto estudado apenas a própria relação particular que esta atividade suscita. Vê-se no caso examinado que o desenho de objetos e investigações inovadores supôs certas relações específicas entre pesquisadores, suas instituições de pertencimento e os vínculos que tecem com agências de financiamento à pesquisa, sejam elas nacionais ou internacionais. A sociologia das configurações sociais implicadas pelas investigações empíricas transforma-se em reforço das condições para apreciar a

⁶ Para mais detalhes, ver Miceli, 1993 e Garcia Jr, 2009.

validade dos objetos examinados, tornando explícita, objetiva, a perspectiva particular em que os cientistas constroem seus objetos de estudo.

Se antropólogos de diferentes gerações do PPGAS puderam convencer um certo número de pares, interessados pelo avanço das ciências sociais, da pertinência do trabalho etnográfico a realizar nos anos 1970, o que pensar hoje em dia dessa experiência histórica e que resultados científicos podem ser destacados?

A integração de pesquisadores do PPGAS nas redes internacionais tecidas por Bourdieu, com a colaboração dos pesquisadores do CSE (Centro de Sociologia Europeia) ou a ele associados, é melhor compreendida se observarmos que o projeto “Emprego” se iniciou efetivamente no mesmo momento em que Monique de Saint Martin realizava sua primeira estadia no Brasil, e passava a animar uma cooperação de largo fôlego com redes de pesquisa brasileiras.⁷ Também em 1976, Palmeira, Sigaud e Leite Lopes apresentaram seus primeiros resultados de pesquisa no Congresso Internacional dos Americanistas em Paris. As investigações sobre transformações dos modos de dominação no Nordeste se inscreviam em diálogo constante com Bourdieu e sua equipe, o que muito contribuiu para a ampliação dos temas de pesquisa estudados no PPGAS. Várias estadias pós-doutorais dos pesquisadores brasileiros marcaram esse novo período, o que também foi o caso no tocante à vinda ao Brasil de numerosos pesquisadores do CSE e do Csec, como Jean-Claude Combessie, Francine Muel-Dreyfus, Abdelmalek Sayad, Michel Pialoux, Jean-Pierre Faguer, Victor Karady, Louis Pinto, Johan Heilbron e tantos outros, compreendendo as novas gerações (Gisèle Sapiro, Frédéric Lebaron, Franck Poupeau, Julien Duval).

Uma boa ilustração da participação de pesquisadores brasileiros na renovação de temas estudados pelas ciências sociais no âmbito internacional, e também do trabalho em comum entre pesquisadores dos dois lados do oceano, é o artigo “La disparition de la joie du peuple” (“O desaparecimento da alegria do povo”), sobre a morte de Garrincha e as cerimônias a que deu lugar, editado em *Actes* com a colaboração de Sylvain Maresca (LEITE LOPES; MARESCA, 1989). A história deste antigo operário têxtil dos subúrbios do Rio, que se tornou um craque internacional de futebol, é posta em relação com o estilo de jogo

⁷ Essa cooperação internacional do CSE e do Csec com brasileiros foi estudada de maneira precisa e inteligente por Maria Eduarda da Rocha a partir dos arquivos de correspondências na França trocadas entre Bourdieu e os brasileiros, e complementada com entrevistas e exames de CV (ROCHA, 2022).

extremamente singular desse “herói” das Copas do Mundo de 1958 e de 1962. Leite Lopes participou dessa forma da consolidação da sociologia do esporte como tema reconhecido nas ciências sociais internacionalizadas, mobilizando suas etnografias precedentes sobre os modos de dominação de tecelagens do Nordeste.

Metamorfoses da hierarquia social

A antropologia social tomou ares no Brasil, nos anos 1960, de disciplina inovadora, possibilitando afrontar mesmo questões suscitadas pelos modos de crescimento econômico e pela mobilidade social de efeito limitado entre grupos subalternos. Ela surgiu igualmente associada ao privilégio da observação direta dos fatos sociais e da atenção ao olhar que os agentes endereçam ao universo social no qual estão imersos. Ela materializou uma tomada de distância por relação à tradição objetivista comum na investigação dos economistas e dos politólogos, que nitidamente privilegiam estatísticas e a regularidade constatada dos comportamentos observados. Esse método implicava admitir que os etnógrafos em campo, mesmo tendo sido formados nos cursos mais prestigiados e dispendo de diplomas ultravalorizados, não chegavam a decifrar de saída o sentido dos enunciados pronunciados por populações de baixa extração social e exigia uma modéstia pouco habitual nos contingentes com alto grau de escolarização. Reconstituir o universo social e sua hierarquia a partir das categorias de percepção de camadas desfavorecidas, em particular com fraca escolaridade, constituiu de fato um protocolo inovador abrindo as portas à renovação dos modos de compreensão do trabalho de dominação e sua eficácia. A realização simultânea de etnografias coordenadas permitiu mostrar o que era recorrente e o que variava de maneira contingente. Por exemplo, a oposição central no discurso dos grupos dominados das áreas estudadas aparecia em torno da dualidade entre “sujeitos” e “libertos”, tendo por referente explícito a escravidão, abolida juridicamente em fins do século XIX.⁸ A residência da família nas grandes plantações açucareiras era sistematicamente associada à condição de *sujeito*, enquanto a residência em pequenas propriedades no meio rural, mesmo que dispusessem de meios materiais em quantidade inferior a membros do primeiro grupo, era sistematicamente associada à condição de

⁸ Análise excepcional das mobilizações abolicionistas em contraponto às dos escravocratas, até o advento da Lei Áurea, foi realizada por Alonso (2015).

“*liberto*”. O conteúdo dessa dualidade apresentava forte variação de sentido, mas seu caráter recorrente se mostrava decisivo para compreender os modos de exercício do poder pelos *patrões* ou *senhores* e para captar o conjunto completo das obrigações a serem respeitadas pelas famílias de dependentes. Sem conseguir entender e explicar essas categorias de pensamento, todas as lógicas do comércio em pequena escala, do artesanato, das migrações em direção às cidades industriais e suas temporalidades, das práticas correntes do trabalho em família, ou mesmo a filiação religiosa e a conduta política permaneciam opacas e ininteligíveis. Contudo é preciso considerar que estes procedimentos corriqueiros em investigação etnográfica chocavam os utilizadores habituais de métodos estatísticos, com críticas frequentes a portas abertas ao “*subjativismo*” nos métodos de investigação adotados. Conjuguar métodos etnográficos e estatísticos supôs batalhas intelectuais de certa amplitude, não foi prática aceita sem mais.

A atenção voltada para categorias de pensamento “*indígena*”, retomando vocabulário corrente em antropologia, mas agora diante de sociedades complexas, provocou o ceticismo diante da aplicação de questionários logo de saída na pesquisa de campo. Se as palavras poderiam ter significados diversos para o pesquisador e para o informante, como se poderia assegurar o valor das interpretações dos dados obtidos por meio de técnicas de sondagem? No caso do projeto “*Emprego*”, a pertinência dos métodos utilizados supôs a confrontação permanente da observação das interações sociais (em feiras, nos trabalhos no roçado, na agroindústria açucareira etc.) com as informações obtidas por questionários, pelo tratamento de dados secundários de fontes oficiais (IBGE) e por exame dos arquivos disponíveis. As representações coletivas sobre a vida social, encontradas nos discursos dos agentes, nunca dispuseram de privilégio absoluto. Certos pesquisadores adotaram técnicas quantitativas em suas investigações. Palmeira, por exemplo, organizou por anos sucessivos recenseamentos de vendedores na feira de Palmares, município da Mata Sul de Pernambuco, para confortar a análise da expansão das redes comerciais e aplicou um questionário em amostra de barracões. Marie-France Garcia Parpet por sua vez realizou também recenseamentos da feira de Remígio na Paraíba e contabilizou os talões de cobranças de taxas por exibição de mercadorias para melhor entender as flutuações sazonais (os resultados de dois censos de feira no município de Remígio são apresentados no Quadro 1).

Quadro 1 – Feira de Remigio, Paraíba

Distribuição dos vendedores por sexo e por setor						
Setores	1982			1989		
	H	M	Total	H	M	Total
Farinha de mandioca	15	-	15	21	-	21
Feijão	13	-	13	16	-	16
Carne	25	3	28	30	1	31
Rapadura	2	-	2	1	-	1
Peixe Seco	4	3	7	22	-	22
Estivas	6	1	7	21	6	27
Queijo	-	-	-	2	-	2
Goma	-	-	-	-	1	1
Verdura	4	6	10	11	9	20
Ervas medicinais	1	1	2	4	1	5
Frutas	24	5	29	24	12	36
Temperos	2	1	3	-	-	-
Pão	1	-	1	5	1	6
Picolé	5	-	5	-	-	-
Balas	4	-	4	1	2	3
Refrescos	2	1	3	3	1	4
Banco de café	1	18	19	-	17	17
Cigarro/cachaça	7	2	9	10	-	10
Fumo	7	-	7	3	-	3
Jogos	2	-	2	2	-	2
Confecção	7	8	15	31	16	47
Tecidos	3	3	6	2	5	7
Miudezas	5	1	6	4	7	11
Sapatos	7	2	9	13	3	16
Discos	1	-	1	-	-	-
Louças	1	1	2	1	-	1
Mangaio	1	-	1	6	2	8
Cerâmica	4	2	6	3	5	8
Ferramentas	8	-	8	5	-	5
Material de construção	1	-	1	-	-	-
Bicicletas	1	-	1	7	-	7
Malas	2	-	2	-	-	-
Móveis	1	-	1	2	-	2
Redes	2	-	2	1	-	1
Troca	3	-	3	4	-	4

Galinhas	1	-	1	1	-	1
Porcos e cabras	2	-	2	1	-	1
Vacas e cavalos	4	-	4	4	-	4
Carvão	-	-	-	3	-	3
Passarinhos	-	-	-	2	-	2
Cordel	-	-	-	1	-	1
Sem informação	1	-	1	8	-	8
Total	180	58	238	262	93	355

Fonte: Recenseamentos efetuados por Marie-France Garcia Parpet em 1982 e 1989.

O uso de estatísticas secundárias do IBGE, particularmente as que provinham de dados de censo demográfico e econômico, foi corrente nas monografias dos antropólogos, o que muitas vezes permitiu testar a validade das explicações fornecidas, sobretudo em relação às migrações. Bem verdade que essas modalidades de uso de estatísticas não chegaram a associar o questionário etnográfico com as variáveis demográficas, como se pode ler no *Travail et travailleurs en Algérie*.

Como relacionar o objeto construído por cada pesquisador com os demais, para se assegurar que cada monografia contribuía para um melhor conhecimento da mudança social nas regiões de *plantation*? As imagens da totalidade do espaço social não podem ser obtidas, nesse caso, pela adição das observações de caráter parcial. Este projeto adotou a noção de “situações-tipo”, designando um feixe de relações sociais que podem ser observadas de forma recorrente, e nomeadas de maneira constante pelos atores, abrindo a possibilidade para o pesquisador elaborar uma cartografia social. Assim é para os *moradores de engenho* para designar modalidades de recrutamento e gestão da mão de obra residindo nas grandes propriedades, ou ainda para os *trabalhadores de ponta de rua* para mostrar a concentração nas cidades de agroindústria açucareira de antigas famílias de *moradores* postos para fora dos *engenhos* etc. Esta noção de situação-tipo, utilizada no projeto original, pode ser aproximada do conceito proposto por Norbert Elias (1985) de configuração social, para designar indivíduos vinculados uns aos outros, por relações de interdependência, em que o comportamento de uns só ganha sentido pleno quando remetido aos comportamentos dos demais. Cada monografia tentou circunscrever uma categoria social particular, como os *moradores de engenho*

(SIGAUD, 1980), os *operários do açúcar* (LEITE LOPES, 1976), os pequenos produtores (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983), os *negociantes* em feiras (PALMEIRA, 1971b; GARCIA PARPET, 1993). O trabalho etnográfico dessa forma tornou-se igualmente interdependente: as análises propostas em cada monografia singular repercutiam sobre as hipóteses e demonstrações das demais. A análise das particularidades de cada grupo de agentes permitia corrigir erros de perspectivas e *bias* de outros trabalhos. Nenhum coletivo dado *a priori*, como *negociantes em feiras*, *camponeses libertos* ou *operários do açúcar* ficou intocado após o tratamento mais aprofundado da morfologia social de cada categoria.

No caso do projeto “Emprego”, os diferentes autores não se limitaram a aprofundar os resultados das monografias iniciais sobre as *plantations*, e muitos procuraram captar como as transformações desta região provocaram efeitos sociais sobre as migrações em direção a grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Estas grandes cidades conheceram uma industrialização acelerada com forte expansão do trabalho assalariado, mas também de grande massa de subempregados residindo em abrigos precários ou em favelas urbanas (MACHADO DA SILVA, 1971). Note-se, como Otávio Velho chamara a atenção em seus trabalhos iniciais, que parte dos migrantes se dirigia para as frentes pioneiras na Amazônia, em busca de terras livres suscetíveis de aceder à condição camponesa (VELHO, 1976). A multiplicidade das estratégias de reconversão e a recomposição dos processos sociais admitindo a recriação de morfologia social com fortes desigualdades estão no coração dessa verdadeira etnografia coletiva e explicitam as interdependências entre processos na escala deste vasto país. O fim do mundo fechado das *plantations* baseadas em trabalho forçado se revela como um leque de possíveis históricos a exigir estudos mais minuciosos sobre a diversidade de estratégias de reconversão dos diferentes agentes sociais e suas condições de eficácia. O Quadro 2 a seguir reproduz tabela de *O Sul*: caminho do roçado, demonstrando como os movimentos de população de municípios do Brejo estão associados às modificações da morfologia social nestes territórios e também a formas de percepção do espaço social em termos de *libertos* e *sujeitos*.

Quadro 2 – Evolução da população de Areia e municípios vizinhos (em porcentagens) e recomposição da morfologia social – Paraíba 1950-1980

Municípios	1950-1960	1960-1970	1970-1980	Ecologia	Exploração agrícola	Feira frequente	Classificação do território
Areia	+10	-6	-7,5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Remígio	-18	+3	+12	agreste	culturas alimentares/gado	média	liberto
Bananeiras	-3,5	+6,5	-10	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Solanea	+102	+11	+19	agreste	culturas alimentares	forte	liberto
Pilões	-6	-2	-5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Serraria	-24	+19	-7	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Arara	+33	-4	+12	agreste	culturas alimentares/gado	forte	liberto
Alagoa Nova	+1	-11	-3	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Esperança	+3	+16	+14	agreste	culturas alimentares/gado	forte	liberto

Fonte: IBGE/Pesquisa de campo (GARCIAJR., 1989).

Entre os momentos mais fecundos desse empreendimento coletivo foi constatar os novos usos da palavra *trabalho* e do verbo *trabalhar*, sobretudo ao ter em mente as análises da “descoberta do trabalho” entre os camponeses da Cabília submetidos a processo de desenraizamento (BOURDIEU; SAYAD, 1964). A historicidade da categoria *trabalho* é manifesta, como já havia sublinhado Karl Marx na *Contribution à la critique de l'économie politique*. Decodificar seus significados é uma das vias mais promissoras para objetivar a configuração social que supõe a oposição entre dirigentes econômicos e sua mão de obra. Os pesquisadores no Nordeste foram confrontados com representações heterogêneas sobre os significados da categoria *trabalho*. Os usos desta palavra só se tornavam perfeitamente inteligíveis quando postos em relação com a posição de cada agente no espaço social e conseqüentemente com os desafios que teria que afrontar. De acordo com os cortadores de cana, secundados neste aspecto pelos pequenos produtores, os operários do açúcar *não trabalhavam*, mesmo quando percebiam os esforços feitos por esses últimos ao longo de

jornada de 12 horas como dignos de admiração. Exibindo uma concepção de trabalho em relação direta com as que expressaram os fisiocratas – só as tarefas vinculadas ao cultivo da terra merecem o qualificativo de *trabalho* – desprezavam a atividade dos operários industriais. A fraca remuneração que recebiam em contrapartida de suas atividades agrícolas lhes aparecia como uma injustiça diante dos *verdadeiros trabalhadores*. Os operários de usina, por seu lado, conheciam bem essas classificações dos cortadores de cana, mas afirmavam a superioridade de sua categoria na divisão social das tarefas graças à mediação das máquinas que operavam e que multiplicavam as energias de seus corpos (LEITE LOPES, 1976). Os operários do açúcar reproduziam dessa forma raciocínios similares aos de Adam Smith nas *Riquezas das Nações*. Já o campesinato examinado por Heredia e Garcia Jr., a palavra *trabalho* se restringia a designar tarefas agrícolas, mas, à diferença dos assalariados da cana, compreendia sobretudo aquelas que se passavam sob o controle direto do grupo doméstico. Tudo isto diferia profundamente de atividades de intermediário comercial, o *negócio*, mesmo se fosse graças ao rendimento que assim obtinham que conseguiam equilibrar o orçamento familiar. Na vertente oposta das atividades consideradas gratificantes, o trabalho remunerado a dinheiro e executado sob as ordens de outro agricultor – o *alugado* – era unanimemente apontado como atividade humilhante. Como já havia observado Robert Castel, a propósito dos que viviam no “dia a dia” na Europa em fins da Idade Média, as atividades exercidas como *diarista (journalier)* constituem motivo de vergonha. No Nordeste o *alugado* designava um ciclo temporal de apenas um dia, “trabalha de dia para comer à noite”, o que demonstra ser incompatível com a temporalidade do ciclo agrícola a que todo agricultor está submetido. O *trabalho alugado* significa portanto a negação da condição de agricultor e de modo algum a prefiguração de um proletariado agrícola em vias de se afirmar. Essa hierarquia de atividades reconhecidas como válidas, por diferentes categorias de subalternos, está fortemente impregnada de valores morais e é relativamente independente do rendimento que possa acarretar. O exame em detalhes dos usos correntes da categoria *trabalho* permite assim melhor captar a experiência da mudança social e a multiplicidade de trajetos que cada um pode adotar. Essa confrontação sistemática do leque de possibilidades associadas às diversas posições sociais favoreceu a demonstração que a hegemonia da economia de mercado não dota os diferentes indivíduos de chances equivalentes de obterem ganhos monetários, como

grande número de economistas acreditam. Em sentido inverso, as distâncias sociais entre descendentes dos *senhores* e descendentes de *escravos* (como os antigos *moradores*) foram recriadas em bases novas e enraizadas em novos princípios de dominação legítima (como qualidade profissional relacionada à escolaridade). O livro que reagrupou as monografias referentes à parte urbana do projeto Emprego – *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação* (LEITE LOPES *et al.*, 1979) é revelador da constatação coletiva que as mudanças examinadas foram acompanhadas de modificações de monta das configurações sociais, e ainda que se inscreveram na intimidade de cada indivíduo, mas força é de constatar igualmente a recriação das fortes desigualdades sociais e das assimetrias existentes desde o início dos tempos coloniais.

Conclusão: hierarquias sociais e modos de dominação

O universo social polarizado em casas-grandes e senzalas, como foi descrito por Gilberto Freyre (1933, 1936), não desapareceu com o ato jurídico de abolição da escravidão. O trabalho de dominação dos *senhores* permitiu recriar um certo número de poderes sobre as populações a eles submetidas pelo simples fato de serem abrigadas em seus domínios, como no caso dos castigos corporais ou de julgamentos impostos a querelas entre residentes nas propriedades. Em face dos desafios impostos por novas condições políticas e econômicas, os descendentes dos *senhores* possuíam os meios de pôr em prática novas estratégias de reconversão, como investimentos escolares de maior abrangência por parte de seus descendentes, ou promoção de novas atividades comerciais, industriais ou culturais (escola, jornalismo, edição, música, rádio, teatro etc.), coisas impossíveis para os descendentes de escravos cuja dependência não conhecia limites e os meios materiais eram escassos. Expulsas das *plantations*, as famílias desprovidas não dispunham de meios de garantir a própria sobrevivência, nem mesmo abrigo seguro e tranquilo, nada as preparava a enfrentar um sistema de mercados generalizado.

Para tratar deste tipo de problemas, as pesquisas de Bourdieu e seus colaboradores sobre a Argélia e o Béarn representaram ao mesmo tempo modelos metodológicos de investigação e pontos de referência sobre questões a examinar para compreender a especificidade da configuração brasileira. Bourdieu, ao reganhar o território metropolitano, se consagrou a investigar e buscar explicar como os modos de funcionamento do sistema escolar na França contribuíam à reprodução da hierarquia social existente desde o início da

Terceira República em fins do XIX, jamais acarretando sua destruição. O modo de dominação a componente escolar, como estudado na *Noblesse d'Etat* de 1989, provocava certamente modificações de monta das instituições culturais e políticas, mas recriava diferenças sociais homólogas das que precederam à Revolução Francesa. A evolução sob suas lentes muito longe estava de caminhar para promoção da igualdade entre os indivíduos da mesma nação. No Brasil, a reprodução das antigas hierarquias sociais legadas pelo passado colonial estava sobretudo vinculada às modalidades de mudança nos laços sociais das antigas *plantations* de exportação, como assinalam os principais ensaístas dos anos 1930 (Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Oliveira Vianna) e como demonstram as monografias etnográficas examinadas anteriormente. Certamente fortes desigualdades de chances de sucesso escolar marcam igualmente a sociedade brasileira, e pesquisas por fazer na comparação entre escola em meio rural e em meio urbano contribuirão muito para entender a reprodução de desigualdades no país. Contudo os investimentos escolares são tributários de mudanças no mundo rural que condenam parte expressiva da população a estar desprovida de meios de assegurar a própria sobrevivência, e ainda mais de investir em estudos consequentes.

Uma situação que contrasta em tudo e por tudo com a morfologia do mundo rural após a Revolução Francesa e com a morfologia social da Terceira República. Assim, no Brasil, a manutenção de fortes hierarquias sociais deve-se em grande medida à estreita dependência do percurso da transformação nos modos de dominação no campo, que não dota as camadas subalternas de egressos do mundo rural de abrigos decentes para as famílias e meios de assegurar sua sobrevivência. O monopólio da terra por elites tradicionais tem muito mais implicações que o que pode ser constatado na atividade agrícola. Ele implica a exclusão dos “antigos protegidos” (sejam *moradores, colonos, agregados*) dos campos dos meios de abrigar suas famílias e poder assegurar ao menos parte de sua alimentação, em existência cotidiana marcada pela precariedade. No Brasil, em contraste com vários países, mas particularmente com a França, trata-se de princípio prevalecente da transformação dos modos de dominação desde fins do século XIX. Para compreender a mudança dos modos de dominação, Bourdieu enfatizava que além de acesso a meios materiais, como nos campos de refugiados da Argélia, era fundamental analisar as formas de aquisição de novas disposições mentais, permitindo aos “desenraizados” se inscreverem em configurações sociais em que o mercado é

rei. Sublinhava ainda a importância de estar atento para as condições econômicas e sociais deste esforço de reconversão. Esta questão oferece uma chave importante para objetivar os obstáculos ao acesso à plena condição de cidadão de uma República. A edição simultânea de pesquisa sobre o Nordeste e de um trecho do inquérito de Max Weber sobre os operários agrícolas a leste do Elba, texto contextualizado por Michael Pollak no número 65 de *Actes de la recherche en sciences sociales* (1986), bem mostra a preocupação do editor da revista de compreender e fazer compreender o que está em jogo e as modalidades e variantes de transformação capitalista em diferentes regiões do mundo. As pesquisas sobre a *plantation* no Brasil são reveladoras da força dos vínculos e das representações impondo obstáculos à reconversão dos desprovidos, frequentemente herdeiros da senzala, que impedem de incorporar a totalidade dos cidadãos à República, na acepção moderna da palavra.

Referências

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ASSUMPTÃO, Leilah Landim. *A cooperativa do trabalhador: diferenciação social e organização camponesa*. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; RIVET, Jean-Paul; SEIBEL, Claude. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris; La Haye: Mouton, 1963.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmaleck. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *L'amour de l'art: Les musées et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.
- CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese (Doutorado de 3º Ciclo) – École pratique des hautes études, Université de Paris, Paris, 1973.
- CARVALHO, Lucas Correia. *Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e a questão agrária no Brasil dos anos 1970*. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- DARRAS. *Le partage des Bénéfices, expansion et inégalités en France*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris: Flammarion, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia Schmidt, 1933.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

- FURTADO, Celso. O processo revolucionário no Nordeste. In: FURTADO, Celso (Org.). *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1989.
- GARCIA JR., Afrânio. Permanences et mutations dans le Brésil agraire: introduction. *Études Rurales*, Paris, n. 131-132, p. 9-18, 1993.
- GARCIA JR., Afrânio. Les disciples de la “mission française” et la réception de l’anthropologie structurale au Brésil: retour sur un mythe d’origine. *Cahiers de la recherche sur l’éducation et les savoirs*, Paris, Hors-série n. 2, p. 57-92, 2009.
Disponível em: <https://journals.openedition.org/cres/680>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- GARCIA PARPET, Marie-France. *O Bacurau: estudo de caso de feira de usina*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- GARCIA PARPET, Marie-France. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 19, 1992.
- GARCIA PARPET, Marie-France. Espace de marché et modes de domination. *Études Rurales*, Paris, n. 131-132, 1993.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira de Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- JULIÃO, Francisco. *O que são as ligas camponesas?* Cadernos do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal*. Paris : Mouton, 1970.
- LEITE LOPES, José Sergio. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- LEITE LOPES, José Sergio et al. (Orgs.). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação – estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE LOPES, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- LEITE LOPES, José Sergio; MARESCA, Sylvain. La disparition de “la joie du peuple”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 79, p. 21-36, 1989.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- MICELI, Sergio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 1993.
- NOVAES, Regina. *Os escolhidos de Deus*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d’un débat*. 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université de Paris V, Paris, 1971a.
- PALMEIRA, Moacir. Feira e mudança econômica. In: SIMPÓSIO DE PESQUISAS PPGAS, 1971, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/MN, 1971b.

- PALMEIRA, Moacir. Morar: a lógica da “plantation” açucareira. *Actes du XLII Congrès des Américanistes*, v. 1. Paris: Société des Américanistes Musée de l'Homme, 1976.
- POLLAK, Michael. Un texte dans son contexte. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, p. 69-75, 1986.
- POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and social origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Trade and Market in the early empires*. Glencoe: Free Press, 1957.
- RINALDI, Doris. *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- RINGUELET, Roberto. *Los migrantes estacionales del Nordeste*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *Bourdieu à brasileira*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022.
- SEIBEL, Claude. Travailler avec Pierre Bourdieu sur Travail et travailleurs en Algérie. In: BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris, Raison d’agir, 2021. p. 342-343.
- SIGAUD, Lygia, *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia, A nação dos homens. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 78, p. 13-114, Rio de Janeiro, 1980.
- VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- WEBER Max. Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l’Est de l’Elbe. Conclusion, prospectives. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, 1986.
- WOLF, Eric; MINTZ, Sidney. Haciendas and plantations in the middle America and the Antilles. *Social and Economic Studies*, v. 6, n. 3, 1957.

Como citar

GARCIA JR., Afrânio; GARCIA PARPET, Marie-France. Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230208, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.